

Escola pública tem tabela de anuidades

A Secretaria da Educação e Cultura divulgou as tabelas de contribuição comunitária para os ensinos de 1.º e 2.º graus, válidas para toda a rede oficial de estabelecimentos do Estado e baixadas segundo termos de proposição de um Grupo de Trabalho especialmente instituído para tal fim e, ainda, em face da Deliberação n.º 49/72, do Conselho Estadual de Educação. A cobrança varia, no ensino de 1.º grau e observada a gratuidade obrigatória dos 7 aos 14 anos, entre 6 e 690 cruzeiros anuais, de acordo com a renda familiar. Para o ensino do 2.º grau, as variações mínima e máxima, por ano, estão situadas entre 9 e 1.005 cruzeiros.

Segundo o secretário Roberto Linhares da Costa, os cálculos levaram em conta o custo médio por aluno e as próprias possibilidades financeiras do Estado, em face das novas obrigações do ensino, principalmente sobre o aspecto profissionalizante, agora exigido ao término do ensino do 2.º grau.

TRES PARCELAS

A contribuição comunitária é cobrada em três parcelas, sendo a primeira no ato da matrícula, a segunda até o dia 31 de maio de cada ano e a terceira até 30 de setembro. Os dados comprobatórios da renda familiar serão obtidos na declaração de rendimentos do ano anterior e, na inexistência desta, pela averbação em Carteira Profissional.

A tabela de valores de parcelas para contribuição comunitária, referente ao ensino de 1.º Grau é a seguinte:

RENDA FAMILIAR	Número de Filhos Matriculados	Cr\$ mensais	1	2	3	4	5 ou mais
— de 500	10	6	3	4	3	2	
500 a 750	30	15	10	8	6		
750 a 1.100	45	20	15	10	8		
1.100 a 1.650	70	35	25	20	15		
1.650 a 2.500	100	50	35	25	20		
2.500 a 3.750	155	80	55	40	30		
3.750 em diante	230	115	80	60	45		

Já para o ensino do 2.º grau a tabela de valores de parcelas — isto significa que esta tabela deve ser multiplicada por três para se ter o valor total do ano — da mesma contribuição comunitária é a seguinte:

RENDA FAMILIAR	Número de Filhos Matriculados	Cr\$ mensais	1	2	3	4	5 ou mais
— de 500	15	8	6	4	3		
500 a 750	45	20	15	10	8		
750 a 1.100	65	30	20	15	10		
1.100 a 1.650	95	45	30	20	15		
1.650 a 2.500	145	70	45	35	25		
2.500 a 3.750	225	110	75	55	45		
3.750 em diante	335	165	110	80	65		

O Escritório de Contabilidade BROLHANI

deseja a todos os seus
CLIENTES, FORNECEDORES
E AMIGOS
FELIZ NATAL E
PRÓSpero ANO NOVO

HOJE AS 15 HORAS
EXECUÇÃO
com John Richardson
Bang-Bang — Colorido Scope

HOJE AS 20,20 HORAS
CONWELL, HOMEM DE FERRO
Richard Harris — Alec Guinness
Colorido — Cinemascope

AGUARDEM!
O JUSTICEIRO CEGO
Colorido

INDÚSTRIA CERÂMICA PARANÁ S/A.

AZULEJOS CONFECCIONADOS SOB OS MAIS EXIGENTES E PERFEITOS MÉTODOS DE FABRICAÇÃO.

Campo Largo — Paraná — Brasil

STEATITA A BOA PORCELANA DO BRASIL

PEÇAS DE ADORNOS E PRESENTES
ITAQUI — CAMPO LARGO — PARANÁ — CAIXA POSTAL, 651

PAVIMENTAÇÕES E REVESTIMENTOS EM MOSAICO

"CERTOSINO"

P.I.P. Porcelana Industrial Paraná S.A.

Refratários para Residências
MATERIAL ELÉTRICO

CAMPO LARGO (PR)
End. Teleg.: "PEIPE"
CAIXA POSTAL, 700

Dante Portugal Castagnoli
MÉDICO

Clínica Geral — Partos — Curso de Especialização no Hospital N. Sra. das Graças em Curitiba — Cirurgia
Consultório: Praça Atilio Barbosa, 222 — Fone: 8-5247

EXPEDIENTE
"FOLHA DE CAMPO LARGO"
Fundada em 17 de Julho de 1961
Registrado sob o nº 07

Diretor: Ayrton Ferreira do Amaral
Dir. Secretário: Serafim Amur Ferreira do Amaral
Distribuição: Antonio Vidal
Colaboradores: Odila Portugal Castagnoli — José Marzani Neto — Antonio C. Pereira — Lolarj P. Caneparo — Pe. Francisco Górski — Maria de Fátima Mazánek — Fernando Iurk Sobr — Sede em Campo Largo — Edifício Cine Jóia — 1.º andar
Escritório em Curitiba — Rua Voluntários da Pátria, 475 — 16.º andar — Conjunto 1602 — Fone: 22-4522

Empresa Sul Americana de Transportes em Ônibus Ltda. | Fone: 8-5443

TABELA DE HORARIOS

CAMPO LARGO - CURITIBA
Estrada Nova de 2ª a 6ª Feira

Saídas de C. Largo	Saídas de Curitiba
5:00	6:30
5:20	7:00
5:30	7:10
5:35	7:20
5:40	7:30
5:50	7:40
6:00	7:50
6:10	8:00
6:20	8:10
6:30	8:20
6:40	8:30
6:50	8:40
7:00	8:50
7:10	9:00
7:20	9:10
7:30	9:20
7:40	9:30
7:50	9:40
8:00	9:50
8:10	10:00
8:20	10:10
8:30	10:20
8:40	10:30
8:50	10:40
9:00	10:50
9:10	11:00
9:20	11:10
9:30	11:20
9:40	11:30
9:50	11:40
10:00	11:50
10:10	12:00
10:20	12:10
10:30	12:20
10:40	12:30
10:50	12:40
11:00	12:50
11:10	13:00
11:20	13:10
11:30	13:20
11:40	13:30
11:50	13:40
12:00	13:50
12:10	14:00
12:20	14:10
12:30	14:20
12:40	14:30
12:50	14:40
13:00	14:50
13:10	15:00
13:20	15:10
13:30	15:20
13:40	15:30
13:50	15:40
14:00	15:50
14:10	16:00
14:20	16:10
14:30	16:20
14:40	16:30
14:50	16:40
15:00	16:50
15:10	17:00
15:20	17:10
15:30	17:20
15:40	17:30
15:50	17:40
16:00	17:50
16:10	18:00
16:20	18:10
16:30	18:20
16:40	18:30
16:50	18:40
17:00	18:50
17:10	19:00
17:20	19:10
17:30	19:20
17:40	19:30
17:50	19:40
18:00	19:50
18:10	20:00
18:20	20:10
18:30	20:20
18:40	20:30
18:50	20:40
19:00	20:50
19:10	21:00

CAMPO LARGO - CURITIBA
Estrada Velha aos Domingos

Saídas de C. Largo	Saídas de Curitiba
7:00	8:00
7:10	8:10
7:20	8:20
7:30	8:30
7:40	8:40
7:50	8:50
8:00	9:00
8:10	9:10
8:20	9:20
8:30	9:30
8:40	9:40
8:50	9:50
9:00	10:00
9:10	10:10
9:20	10:20
9:30	10:30
9:40	10:40
9:50	10:50
10:00	11:00
10:10	11:10
10:20	11:20
10:30	11:30
10:40	11:40
10:50	11:50
11:00	12:00
11:10	12:10
11:20	12:20
11:30	12:30
11:40	12:40
11:50	12:50
12:00	13:00
12:10	13:10
12:20	13:20
12:30	13:30
12:40	13:40
12:50	13:50
13:00	14:00
13:10	14:10
13:20	14:20
13:30	14:30
13:40	14:40
13:50	14:50
14:00	15:00
14:10	15:10
14:20	15:20
14:30	15:30
14:40	15:40
14:50	15:50
15:00	16:00
15:10	16:10
15:20	16:20
15:30	16:30
15:40	16:40
15:50	16:50
16:00	17:00
16:10	17:10
16:20	17:20
16:30	17:30
16:40	17:40
16:50	17:50
17:00	18:00
17:10	18:10
17:20	18:20
17:30	18:30
17:40	18:40
17:50	18:50
18:00	19:00
18:10	19:10
18:20	19:20
18:30	19:30
18:40	19:40
18:50	19:50
19:00	20:00
19:10	20:10
19:20	20:20
19:30	20:30
19:40	20:40
19:50	20:50
20:00	21:00

C. Largo a B. Nova de 2ª a 6ª Feira

Saídas de C. Largo	Saídas Balsa Nova
11:00	6:30
17:45	12:00
22:30	18:30

Aos Sábados

Saídas de C. Largo	Saídas Balsa Nova
9:30	7:00
18:00	18:00
22:30	19:00

C. Largo a Itaquí de 2ª a Sábado

Saídas de C. Largo	Saídas de Curitiba
6:30	14:30
8:30	15:30
9:30	16:00
10:45	17:00
12:00	17:30
12:30	18:30
14:00	19:30

Aos Domingos

Saídas de C. Largo	Saídas de Curitiba
6:30	14:30
7:30	15:00
10:00	16:30
12:30	18:00
14:00	19:00

C. Largo a Bugre de 2ª a 6ª Feira

Saídas de C. Largo	Saídas do Bugre
5:45	6:15
12:00	12:45
18:00	18:30

Aos Sábados

Saídas de C. Largo	Saídas do Bugre
5:45	6:15
12:00	12:45
18:00	18:30

Aos Domingos

Saídas de C. Largo	Saídas do Bugre
11:15	8:15
12:00	12:00
18:00	18:30

C. Largo a S. Caetano de 2ª a sáb.

Saídas de C. Largo	Saídas de S. Caetano
6:00	6:15
12:00	12:30
17:30	17:45

Aos Domingos

Saídas de C. Largo	Saídas de S. Caetano
6:30	7:00
12:00	12:30
17:30	17:45

NOTICIÁRIO

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Coufome informou o senador Filinto Muller, presidente da Arena nacional, duas emendas constitucionais podem ser consideradas válidas admitindo-se, portanto, como possíveis de apreciação e de aprovação. Seriam as seguintes: fixação do número de representantes federais na Câmara dos Deputados à base do valor numérico das populações estaduais, ao contrário do sistema ora adotado, que é o do número de eleitores. Esse novo critério parece estar sendo admitido pelo governo federal, e, o ponto de vista do presidente nacional da Arena, na realidade, ratifica aquela suposição.

Essa emenda constitucional, tal como deverá ser proposta, irá beneficiar o Paraná, cuja população determinaria uma ampliação do número de deputados. Porque, com o critério do colégio eleitoral, desde que a maioria ou, pelo menos, cinquenta por cento da população estadual não tem idade suficiente para alistamento eleitoral, não teremos condições de maior ampliação do número de deputados. A segunda emenda, considera, finalmente, como destinada à aprovação, diz respeito a situação dos vereadores não remunerados. Essa emenda restabeleceria a remuneração dos vereadores de municípios onde, atualmente, o exercício obedeceria ao critério ditado pela renda de cada município.

Essa notícia deverá alegrar aos vereadores que, desde há tempo, vem lutando arduamente pela adoção, novamente do pagamento das atividades legislativas para os vereadores. Evidentemente, desde que tal tese seja efetivamente admitida, o assunto somente entraria para o terreno da concretização, isto é, em termos de reforma constitucional, em meados do próximo ano e aprovação e vigência, no final de 1973.

INAUGURADA EXPOSIÇÃO-BAZAR

O diretor do Instituto de Assistência ao Menor, referindo-se à qualidade dos trabalhos que estão sendo apresentados na Exposição-Bazar da Bondade, na Rodo-ferroviária, confeccionados por alunos de instituições assistenciais, afirmou que "todo o investimento feito para a promoção do menor necessitado retorna em forma de homens devidamente preparados para serem úteis ao Estado, ao País e à comunidade de uma maneira geral".

Nos "stands" do IAM estão sendo vendidos, a preços acessíveis, artigos confeccionados por menores de seis obras oficiais, as quais, durante o ano de 1972, sofreram reestruturação completa, visando proporcionar aos seus assistidos a melhor formação educacional e profissional. Num dos "stands" funciona, inclusive, uma minigráfica, operada por alunos da Escola de Formação Profissional de Campo Comprido. Destina-se a confeccionar cartões de Natal a pedido do público interessado. Revela, também, a qualidade do trabalho que os menores já estão realizando, graças ao treinamento adquirido.

O diretor do IAM, sr. Newton Sérgio Grein, argumenta que os gastos com menores não podem ser classificados como despesa, mas sim como investimento para o desenvolvimento nacional. Lembra, também, que na medida do possível, o Governo do Estado está investindo e convidando a comunidade a investir também, para que, num esforço conjunto, seja possível formar homens úteis ao Estado, ao País e à própria sociedade.

Eletrificação Rural

Já se tem conceituado que o grau de desenvolvimento e o padrão de vida de um povo se revela pelo consumo de energia elétrica.

Desta forma, o programa de eletrificação rural, desenvolvido pelo INCRA está plenamente justificado recebendo, por isso, prioridade do Governo.

Para tornar viável a consecução desse programa, foi instituído em 1965 o Plano Nacional de Eletrificação Rural, que levará ao meio rural amplos benefícios, principalmente no que se refere à elevação dos índices agro-econômicos e na utilização de novas tecnologias.

O uso da energia no meio rural interfere na elevação dos índices de produção e produtividade agropecuária, na elevação dos seus índices socioeconômicos, no aumento do poder aquisitivo criando novos mercados consumidores, concorrendo para a fixação das populações rurais, além de gerar novos mercados internos.

No tocante à indústria, a existência de energia elétrica no campo propicia a implantação de indústrias de transformação dos produtos agrícolas e pecuários, como frigoríficos, matadouros, laticínios etc.

A criação de Cooperativas de eletrificação rural como imperativo para fornecimento de energia às propriedades rurais, vem-se afirmando num movimento crescente, capaz de assegurar a continuidade da programação em bases mais sólidas.

Investimento de alto custo, destinado a servir às comunidades, o plano de energia rural encontra no associativismo a fórmula mais racional para atingir os objetivos preconizados. O movimento cooperativista tem sido incentivado pelo INCRA, existindo atualmente 116 Cooperativas de Eletrificação Rural integradas na programação que o órgão desenvolve. Uma mentalidade cooperativista e a criação de Cooperativas tornam o empreendimento mais acessível.

Consagrado universalmente como forma de melhor promover a eletrificação do meio rural, o Cooperativismo converte um grupo de consumidores em único consumidor, racionalizando um sistema que possibilitará maior produção com o menor custo.

Agricultura & Pecuária

MA precisa apoiar indústria avícola

DR. AMUR F. DO AMARAL

Pelo muito que fizeram — e estão fazendo — em favor da economia nacional, criando quase sós uma das mais sólidas riquezas da nossa agropecuária, os avicultores julgamos com o direito de participar das decisões oficiais. É por isso que muitos defendem a idéia da restauração da antiga Comissão Nacional de Avicultura, no Ministério da Agricultura, isto é, um órgão em que produtores, técnicos, industriais e comerciantes avícolas, estudariam, ao lado das autoridades, os problemas da indústria avícola, fixando os programas mais convenientes ao País. A posição assumida pelos avicultores, como era natural, despertou o interesse de toda a classe avícola, que viu na sugestão talvez o único caminho para a salvação da derrocada.

A idéia coincidiu com a vitória da Revolução, que daria ao MA nova dimensão no quadro da economia nacional, não apenas no setor avícola, mas em todas as atividades rurais. Por isso, líderes responsáveis e a própria União Brasileira de Avicultura atuaram sobre o titular da Pasta, visando àquela restauração ou à instituição de um Conselho ou Serviço Nacional de Avicultura, com as características do antigo CNA, isto é, onde os avicultores pudessem dizer, com realismo e sinceridade, o que cabe ao Governo fazer em favor da avicultura.

Assumindo o MA, o ministro Hugo de Almeida Leme acolheu (meados de julho) com grande entusiasmo a idéia, pediu mesmo a organização de um anteprojeto, instituindo o CNA, fez declarações públicas nesse sentido, o que consti-

tuiu, no momento, um grande estímulo aos avicultores, que lutavam com a maior crise já registrada no Brasil. Contudo, os dias, as semanas e os meses foram passando e o MA, ao invés de cumprir os solenes compromissos assumidos pelo ministro, retomou a sua posição de inoperância e de alheamento aos problemas avícolas. Pressionado, porém, pelos acontecimentos, o MA resolveu enfrentar a crise atual instituindo grupos de trabalho, o que constitui uma frustração integral aos anseios dos produtores. O mais lamentável nisso tudo é que os avicultores confiaram na palavra do ministro Hugo de Almeida Leme, supondo que, após três anos, o MA voltaria a dar à indústria avícola o apoio do passado (1950-61), garantindo o seu desenvolvimento e ao País alimentos essenciais ao seu povo.

MARINHA MERCANTE BRASILEIRA EM ASCENSÃO

Os últimos dados remetidos ao Ministro Mário Andreazza pela SUNAMAM e relacionados com as atividades da marinha mercante brasileira no período 1967/1972 revelam que, com os diversos estaleiros nacionais foram assinados 127 contratos de construção equivalente a 2.139.340 toneladas. Já estão em tráfego 110 embarcações com 808.280 toneladas nos termos desses contratos, enquanto foram lançados ao mar e estão recebendo acessórios de navegação, 109 outras com 816.240 toneladas. Por sua vez, as vendas de navios ao exterior totalizam 80.840 toneladas e se referem a 7, denominados "El Mexicano", "Puebla", "Chihuahua", "Saltillo", "Omnium Pride", "Carvalho de Araujo", e "Pereira D'Éça".

PAPA: O MODERNISMO SE AFASTA DE DEUS

O Papa Paulo Sexto proclamou que a crescente exclusão da religião na vida moderna deixa no homem uma sensação de vazio e insatisfação.

Em sua audiência no Vaticano, sua santidade acrescentou que a temporada de Natal deveria ser dedicada "a questão eterna: a busca de Deus".

Por outro lado, assinalou o pontífice, a religião foi invadida pela "indiferença a dúvida e rejeição e a hostilidade".

"Tudo tende a excluir Deus do pensamento e dos costumes", precisou. "A vida se torna cada vez mais profana, laica e secular. O homem de hoje está convencido de que se basta a si mesmo, podendo seguir adiante sem Deus e sem a celebração de sua glória".

Não obstante observou o Papa, esta "exclusão" de Deus da vida cotidiana "deixa um grande vazio" pois faltam os princípios supremos do pensamento e da ação".

"Existe uma tentativa de colocar o homem no lugar de Deus", lamentou.

TENENTE BANDEIRA

O EX-TENENTE Alberto Jorge Franco Bandeira voltará à FAB mesmo no caso de não ser submetido a novo julgamento, o que é bastante provável em função da falta de tempo — menos de dois meses — para que o I Tribunal do Júri carioca volte a se reunir em função do caso do Sacoá. Se ocorrer a prescrição, em fevereiro, ele será considerado inocente, como o é, tecnicamente, por enquanto, aguardando novo julgamento. O acusado só perdeu a sua patente porque foi condenado a mais de dois anos (15 anos, embora tenha ficado preso só durante oito anos) e a perda da função pública, nesses casos, é pena acessória imposta pelo Código Penal. Anulada a condenação ele volta a ser primário. Ainda cansado e emocionado pelo julgamento de Brasília, o ex-tenente Bandeira chegou ao Rio dizendo que sua única preocupação agora é tentar fazer com que o I Tribunal do Júri possa reunir-se rapidamente, a fim de submetê-lo a novo julgamento. Reafirmou que seu grande desejo é voltar à carreira militar.